

O *Mapa das Cortes* e o Tratado de Madrid

a cartografia a serviço da diplomacia

The *Mapa das Cortes* and the Treaty of Madrid *cartography and diplomacy in Portugal*

MÁRIO CLEMENTE FERREIRA

Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa
pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa
marioferreira@clix.pt

RESUMO Este artigo pretende salientar a importância do emprego de mapas durante o processo negocial que conduziu à assinatura do Tratado de Madrid em 1750. Procura conhecer o processo de elaboração e as fontes utilizadas na “construção” do *Mapa das Cortes*, datado de 1749, destacando as viciações que apresenta. Avalia também a importância deste para a consecução do objectivo pretendido com aquelas negociações: o reconhecimento pela Espanha da ocupação territorial alcançada por Portugal no interior da América do Sul em meados do século XVIII.

Palavras-chave História da Cartografia, Diplomacia, Mapa das Cortes

ABSTRACT This article intends to discuss the importance of use of maps during the political negotiation that result in the signature of the Treaty of Madrid, between Portugal and Spain, in 1750. Studies the process of “production” of the 1749’s *Mapa das Cortes*, analyzing the sources utilized, and the distortions presented in it. Furthermore, discuss the importance of the

* Artigo recebido em 19/02/2007. Autor convidado.

map to Spain's recognition of the Portuguese's territorial claims in South America, in the middle of eighteenth century.

Key words History of Cartography, Diplomacy, Mapa das Cortes

Ao longo das negociações que conduziram em 1750 à assinatura do Tratado de Madrid, os mapas adquiriram uma enorme importância enquanto instrumentos visuais de trabalho. E isso é perfeitamente compreensível quando estava em discussão a definição dos limites territoriais das coroas ibéricas na América do Sul. As cartas geográficas serviram então para sustentar pretensões territoriais e para resolver litígios de fronteira. Muitas das reuniões dos ministros plenipotenciários de Portugal e de Espanha, respectivamente o Visconde de Vila Nova de Cerveira, Tomás da Silva Teles, e José de Carvajal e Lancaster, tiveram lugar com “mapas a vista”.¹ A importância destes derivava do fato de serem uma simplificação da informação sobre uma determinada região. Sintetizavam o que era conhecido e compreendido, suposto ou até ignorado acerca de um determinado espaço ou território.²

O avanço das negociações fez-se, muitas vezes, graças à disponibilidade da representação cartográfica dos territórios ou espaços a delimitar. Isso mesmo foi reconhecido pelo negociador português quando, em Maio de 1749, comunicou já ter ajustado, com o auxílio dos mapas de que dispunha, os limites portugueses com as terras espanholas, à exceção dos Sete Povos das Missões do Uruguai.³ Porém, durante o processo de negociação, Carvajal e Lancaster manifestou, por diversas vezes, o desejo de possuir mapas das áreas em disputa. Chegou, inclusivamente, a lamentar-se da falta destes e de informações geográficas complementares.⁴ Esta necessidade refletia algumas carências que os espanhóis sentiam de elementos cartográficos, nomeadamente de territórios então ocupados por missões jesuítas, sobretudo da região de Chiquitos.⁵ Fato que limitou a capacidade de negociação de Espanha por desconhecer exatamente até onde Portugal havia avançado em Mato Grosso. Por outro lado, verificou-se um notório

1 Carta de Tomás da Silva Teles para o Secretário de Estado Marco António de Azevedo Coutinho, Madrid, 11-1-1749, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1953, parte IV, tomo I, doc. LXXVIII, p. 303.

2 Ver GODLEWSKA, Anne. *Commentary: the fascination of jesuit cartography*. Joseph A. Gagliano e Charles E. Ronan. *Jesuit Encounters in the New World: jesuit chroniclers, geographers, educators and missionaries in the Americas, 1549-1767*. Roma: Institutum Historicum S. I., 1997, pp. 100-102.

3 Carta de Tomás da Silva Teles para M. A. de Azevedo Coutinho, Aranjuez, 8-5-1749, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LXXVIII, p. 303.

4 Carta de M. A. de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 14-12-1748, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LX, p. 251.

5 Ver GUEDES, Max Justo. *A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVIII*. Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII. Lisboa: C.N.C.D.P., 1997, p. 32.

descuido na observação sistemática de longitudes na América espanhola. A primeira apenas foi realizada pelo Padre José Quiroga que publicou a sua carta da província jesuíta do Paraguai em 1749, a qual, aliás, apresentava erros que beneficiavam as pretensões portuguesas.⁶

Assim, para solucionar a carência de mapas manifestada pelo negociador espanhol e ultrapassar as renitências do mesmo em aceitar o “projecto do tratado de limites” remetido de Lisboa a 22 de Novembro de 1747, o Secretário de Estado Marco António de Azevedo Coutinho informou Silva Teles que estava a ser preparada uma carta geral que ilustrava os limites territoriais propostos à corte espanhola, “para que de hum jacto se veja nele todo o giro dos confins de que tratamos”.⁷ O governante português realçava, desta forma, a complementaridade entre o *Mapa das Cortes* e o texto sobre o qual seria negociado o acordo diplomático de 1750, a qual, aliás, foi destacada por Jaime Cortesão.⁸ Portanto, foram estas as principais razões da elaboração do *Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na America Meridional*: ilustrar o estipulado no texto do projeto do tratado e levar o negociador espanhol a aceitar a proposta portuguesa de limites.

Por isso, o mapa, elaborado em Lisboa sob orientação de Alexandre de Gusmão, representa por uma linha vermelha os limites dos domínios ibéricos avançados pelo negociador português e constantes do plano do tratado anteriormente enviado. No entanto, não se conhece o seu autor ou, eventualmente, os seus autores. Em finais de 1748 já se trabalhava na sua preparação.⁹ Mas só a 8 de Fevereiro de 1749 o mapa já concluído é enviado para Madrid. Ou melhor, terão sido remetidos dois exemplares, pois o negociador português refere-se, em 1751, aos “dous primeiros Mapas que vieram para o nosso governo, hum que tem D. Joze de Carvajal com a copia do Plano, e outro eu com outra copia do mesmo Plano”.¹⁰ O exemplar existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro não é nenhum destes, pois, embora assinado pelos negociadores, a linha de limites que apresenta é já a que seria acordada apenas em Janeiro de 1750.¹¹

-
- 6 CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, vol. II, p. 489.
- 7 Carta de M. A. de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 14-12-1748, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LX, p. 252.
- 8 CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio-Branco, 1971, vol. 2, p. 251.
- 9 Carta de M. A. de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 14-12-1748, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LX, p. 252.
- 10 Carta de Tomás da Silva Teles para Sebastião José de Carvalho e Melo, Aranjuez, 24-6-1751, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1960, parte IV, tomo II, doc. XCIV, p. 253.
- 11 Sobre os principais exemplares do Mapa das Cortes, ver FERREIRA, Mário Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional. Os trabalhos demarcadores das partidas do sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)*. Lisboa: C.N.C.D.P., 2001, pp. 60-67. Um dos dois originais elaborados em Lisboa e remetidos para Madrid foi localizado em Paris, no Dépôt Géographique du Ministère des Affaires Etrangères, pelo Barão do Rio-Branco.

Para a elaboração do *Mapa das Cortes* foram utilizadas diversas fontes, enumeradas por Marco António de Azevedo Coutinho (na verdade por Alexandre de Gusmão) numa carta dirigida a Tomás da Silva Teles.¹² Elas foram variadas quanto às suas características, à sua proveniência e ao seu rigor científico. A par da cartografia jesuíta, dos mapas de La Condamine ou do Padre Diogo Soares, encontramos informações de missionários, “memórias de viandantes”, “relações, e riscos de alguns mineiros”. Por outro lado, a região localizada entre o rio Amazonas e a Província de Charcas foi traçada no *Mapa das Cortes* de forma idealizada, sabendo-se apenas que os grandes rios afluentes do Amazonas tinham origem naquela região e que uma cordilheira acompanhava o grande rio de leste a oeste.¹³



Figura 1: *Mapa das Cortes*. (BNRJ)

12 Carta de M. A. de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 8-2-1749, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LXV, pp. 262-264. Existe a minuta desta carta com letra de Alexandre de Gusmão e apenas com a assinatura do Secretário de Estado.

13 Carta de M. A. de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 8-2-1749, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LXV, p. 262.

No entanto, os portugueses dispunham de mapas que não foram utilizados como fontes. Azevedo Coutinho refere que “do terreno que corre desde o Mato grosso até ao Rio das Amazonas, não tem saído a lús mais que huma pequena Carta das Missões dos Moxos no tomo 12 da sobre-dita obra [*Lettres Edifiantes ...*]”.¹⁴ Contudo, a carta *Mission des Moxes, etablie par les PP. de la Compagnie de Jesus dans le Perou* acabou por ser preterida relativamente às informações prestadas por alguns mineiros de Mato Grosso.¹⁵

Em Madrid, os negociadores possuíam ainda outros mapas. Em Abril de 1749, Silva Teles e Carvajal e Lancaster, para verificar e conferir os limites apontados na proposta portuguesa do tratado, utilizaram a carta *Cours du Fleuve Maragnon autrement dit des Amazones*, da autoria do Padre Samuel Fritz, publicada em 1691 e posteriormente corrigida por La Condamine.¹⁶ Também esta não foi utilizada na elaboração do mapa português de 1749. Numa outra conferência com Carvajal e Lancaster, o diplomata português refere ainda que utilizou “hum [mapa] da Colonia [do Sacramento] que eu trouxe de Lisboa [...]”.¹⁷

Importa, no entanto, proceder a uma análise mais pormenorizada das fontes empregadas na construção do *Mapa das Cortes* enunciadas por Alexandre de Gusmão e Azevedo Coutinho. Relativamente às “terras Espanholas da parte do Sul”, o Secretário de Estado indica, em duas ocasiões, o mapa “que anda no tomo 22 das *Léttres edifiantes*”.¹⁸ Estava a referir-se à carta de Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville, *Le Paraguay où les RR. PP. de la Compagnie de Jesus ont répandu leurs Missions*, datada de 1733 e publicada no ano seguinte.¹⁹ Num trabalho anterior analisamos o *Mapa das Cortes* partindo do pressuposto, como os referidos documentos indicavam, que aquela teria sido a fonte utilizada para a região do rio Paraguai e as terras para ocidente dele.²⁰ O mesmo, aliás, já havia feito Jaime Cortesão.²¹ Daí resultava que o traçado do alto Paraguai aparecia no *Mapa das Cortes*

14 Carta de M. A. de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 14-12-1748, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LX, pp. 251-252.

15 Esta carta foi publicada em *Lettres Edifiantes et Curieuses, Ecrites des Missions Etrangères, par quelques Missionnaires de la Compagnie de Jesus*. Paris: Chez Nicolas Le Clerc, 1717, vol. XII, entre pp. XXVIII-1.

16 Carta de Tomás da Silva Teles para M. A. de Azevedo Coutinho, Madrid, 2-4-1749, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LXXII, p. 279.

17 Carta de Tomás da Silva Teles para M. A. de Azevedo Coutinho, Madrid, 13-5-1749, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LXXIX, p. 306.

18 Cartas de M. A. de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 14-12-1748 e 8-2-1749, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, respectivamente doc. LX, p. 251 e doc. LXV, p. 262.

19 Publicada em *Lettres Edifiantes et Curieuses, Ecrites des Missions Etrangères, par quelques Missionnaires de la Compagnie de Jesus*. Paris: Chez Nicolas Le Clerc, 1734, vol. XXI, entre pp. 280-281. A indicação do tomo 22 na carta de Azevedo Coutinho é um lapso, na medida em que a carta de D’Anville aparece no tomo 21 daquela obra.

20 Ver FERREIRA, Mário Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional. Os trabalhos demarcadores das partidas do sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)*, pp. 68-71.

21 Ver CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, vol. IV, pp. 861-909.

desviado para oriente o que originava um estreitamento do território entre este rio e o rio Paraná, parecendo aproximar a região de Cuiabá e Mato Grosso da linha de Tordesilhas. Haveria assim uma clara manipulação cartográfica com o nítido objetivo diplomático de conseguir a aceitação espanhola relativamente ao plano português de limites.

No entanto, em Novembro de 2004, no Colóquio Internacional *Luzes nos Trópicos*, realizado em São Paulo, o Prof. João Carlos Garcia apresentou uma estimulante comunicação na qual questionava a utilização daquela carta do geógrafo francês como fonte do *Mapa das Cortes*. Atendendo ao traçado e orientação do rio Paraguai, adiantou a hipótese de ter sido utilizada a carta jesuíta *Paraquariae Provinciae Societatis Iesu*, publicada em 1732 e atribuída a António Machoni. Essa hipótese levou-nos a estudar novamente o *Mapa das Cortes*. Concluímos, então, que a fonte utilizada não foi efetivamente o mapa de D'Anville de 1733, nem o mapa jesuíta de 1732, indicado por João Carlos Garcia. A fonte foi a edição alemã, de Mateus Seutter, do mapa que os jesuítas da província do Paraguai haviam publicado em 1726 e atribuído ao padre Juan Francisco Dávila. Este apresenta o mesmo título daquele que viria a ser impresso em 1732, para cuja edição foi inclusivamente utilizado como fundo. Aquela constatação obtém-se pela comparação do *Mapa das Cortes* com estes dois mapas jesuítas. Assim, verifica-se que na edição de Seutter, tal como no mapa português, o rio Paraguai apresenta uma extensão menor em cerca de 2° de latitude relativamente ao mapa de 1732. Por outro lado, também o desenho da península formada pelas embocaduras dos rios Paraná e Uruguai no *Mapa das Cortes* é idêntico ao do mapa publicado em Augsburg.

Embora o alto Paraguai apareça traçado no mapa elaborado em Lisboa de forma menos sinuosa, aproximando-se do mapa de 1732, tal como também no que se refere à representação do grande lago onde ele teria origem, existem outros dois argumentos, para além da extensão do rio, que nos levam a defender a utilização da edição de Mateus Seutter. Em primeiro lugar, pensamos ser esta a carta a que se referia Tomás da Silva Teles quando escreveu para Lisboa, sobre uma reunião mantida com o negociador espanhol, que “principiamos a dita conferencia com o mapa à vista que fizeram os Jesuitas do Paraguay, e emendou M.^r d'Anville no ano de 1732 [sic] [...]”.²² Acontece que o próprio D'Anville refere que para a elaboração da sua carta de 1733 utilizou diversos mapas jesuítas, preferindo a carta oferecida ao Padre Geral da Companhia de Jesus, Miguel Ângelo Tamburini, em 1727. Esta data avançada pelo geógrafo francês não é um lapso, pois D'Anville estava precisamente a referir-se à carta de Seutter, à qual atribuída

22 Carta de Tomás da Silva Teles para M. A. de Azevedo Coutinho, Madrid, 2-4-1749, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LXXII, p. 279.

erradamente a edição ao ano de 1727.²³ Assim, a carta de Mateus Seutter foi utilizada pelos negociadores das duas coroas porque também teria sido uma das fontes do mapa português de 1749.

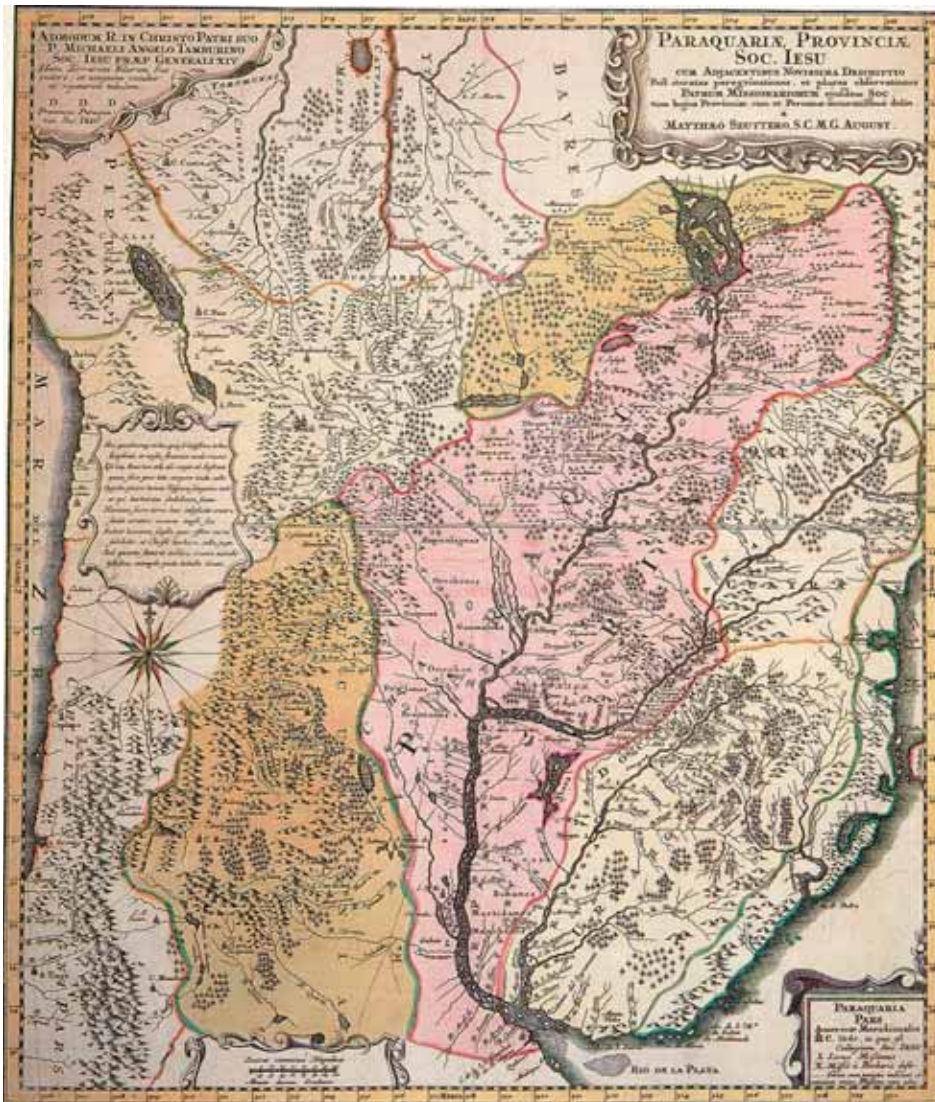


Figura 2: Mapa da Província do Paraguai, Mateus Seutter.

23 *Letres Edifiantes et Curieuses, Ecrites des Missions Etrangères, par quelques Missionnaires de la Compagnie de Jesus*, vol. XXI, pp. 429-431. Ver CARDIFF, G. Furlong. *Cartografia Jesuítica del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Talleres S. A., Casa Jacobo Peuser, Ltda., 1936, vol. I, pp. 45-46.

Em segundo lugar, o mapa de Seutter parecia gozar de grande difusão e prestígio entre aqueles que conheciam os mais recentes avanços na exploração geográfica do interior do território brasileiro. Disso são prova as referências nas diversas notícias sobre o rio Madeira existentes na Biblioteca Pública de Évora. O autor de uma dessas informações, provavelmente Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, considera-o "mais verdadeiro" que o mapa de Guillaume de L'Isle ou que as informações acerca do rio Madeira presentes na relação de La Condamine.²⁴ Destaca inclusivamente o fato de aquele mapa colocar as cabeceiras do rio Madeira entre os 12º e os 15º de latitude sul, precisamente as mesmas coordenadas geográficas com que elas surgem no *Mapa das Cortes*.

Comprovada a utilização do mapa jesuíta editado por Mateus Seutter como fonte cartográfica e não do mapa de D'Anville datado de 1733, não existe, assim, no mapa de 1749 uma adulteração no sentido de desviar o alto Paraguai para oriente. No entanto, ela também não era necessária uma vez que o mapa de Seutter colocava erradamente a região de Cuiabá próxima dos 349º do meridiano da ilha do Ferro, aproximadamente a coordenada da cidade de Belém, na época já conhecida, ou seja, junto do meridiano de Tordesilhas, tal como se observa no *Mapa das Cortes*.

Contudo, mantém-se um alargamento intencional dos domínios espanhóis para ocidente, pois de acordo com a fonte cartográfica, por exemplo, à latitude do Espírito Santo deveria surgir no *Mapa das Cortes* o Oceano Pacífico numa extensão superior a um grau de longitude o que não se verifica. Parece-nos haver aqui uma intenção evidente de querer minimizar junto do negociador espanhol a dimensão dos territórios portugueses, limitados pelo Oceano Atlântico, em oposição à idéia de domínios espanhóis "intermináveis". O *Mapa das Cortes* transmite, desta forma, informação manipulada, o que ilustra a sua importância para uma tomada de decisão estratégica.

Resta apenas uma questão. Porque é que Azevedo Coutinho, ao enumerar as fontes do *Mapa das Cortes*, refere-se expressamente que "a parte deste mapa que respeita as terras Espanholas da parte do Sul he tirada do que se acha no tomo 22 das cartas edificantes produzido pelos Missionarios Castelhanos",²⁵ quando assim não sucedeu? Para esta dúvida continuamos ainda à procura de uma resposta que vá para além de uma possível desatenção da parte do Secretário de Estado.

24 «Descubrimiento do Rio Topajós athe o Cuyabá e Matto grosso, 1747», Biblioteca Pública de Évora, *Códice CXV/2-73*, fols. 329, 332 e 340 vº.

25 Carta de M. A. de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 8-2-1749, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LXV, p. 262.

Para as “nossas terras da mesma parte Austral” foi utilizada a *Nova e 1.ª Carta da Terra firme, e costas do Brazil ao Meridiano do Rio de Janeiro, desde o Rio da Prata até Cabo Frio, com o novo caminho do Certão do Rio Grande, até á Cidade de S. Paulo*, da autoria de um dos padres matemáticos, Diogo Soares, datada de cerca de 1738.²⁶ Relativamente ao território a que serviu de fundo, desde a Colônia do Sacramento até Santos, passando pelas regiões dos atuais estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, as diferenças de traçado relativamente ao *Mapa das Cortes* são apenas de pormenor. No entanto, a região cartografada por Diogo Soares foi desviada para leste no mapa de 1749. Como salientou Jaime Cortesão, Alexandre de Gusmão ao colocar o canal do Rio Grande de São Pedro aproximadamente sobre o meridiano de Belém do Pará deslocava, propositadamente, o sul do Brasil cerca de 3º e 30' para oriente.²⁷ É que o Padre Diogo Soares já havia calculado com bastante exatidão a longitude deste local, tal como La Condamine a de Belém do Pará, o que mostra a intencionalidade desta viciação. Uma cópia da carta de Diogo Soares foi facultada por Tomás da Silva Teles ao negociador espanhol, porque “no que ele compreende o temos pelo mais exacto por ser feito pelo dito Padre sobre o mesmo terreno”.²⁸ Ao facultar a cópia a Carvajal e Lancaster, a corte portuguesa não colocava em risco as suas pretensões, pois nela as longitudes estavam contadas relativamente ao meridiano do Rio de Janeiro e confrontando-a com a do Padre José Quiroga, de 1749, os territórios a ceder pelos portugueses entre os rios da Prata e Ibicuí pareciam nesta maiores que a parte a entregar pelos espanhóis.

Azevedo Coutinho também informou Silva Teles que “a parte que se segue desde o Rio Parana até o Cuiaba he tirada do mapa que remeteo Gomes Freire de Andrade e de outras memorias de viandantes”. Até a poucos anos desconhecia-se que mapa teria enviado Gomes Freire de Andrade para Lisboa. Jaime Cortesão chegou a avançar, erradamente, a utilização do mapa sertanista de Simão Bueno.²⁹ Entretanto, há alguns anos, tivemos a oportunidade de identificar a carta referida por Azevedo Coutinho. Trata-se da *Descripçam do Continente da America Meridional que nos pertence com os Rios, e Montes, que os Certanejos mais experimentados, dizem ter encontrado, cuja divisaõ se faz*, pertencente à colecção de Guita e José Mindlin, de São Paulo.³⁰ Este mapa foi um dos que o Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, terá mandado elaborar, certamente por solicitação de Alexandre de Gusmão. Foi desenhado e enviado para

26 Esta carta geográfica encontra-se no Serviço Geográfico do Exército, no Rio de Janeiro.

27 CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, vol. IV, p. 874.

28 Carta de Tomás da Silva Teles para José de Carvajal e Lancaster, Aranjuez, 26-5-1749, apud *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1938, vol. LII, p. 17.

29 CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*, vol. 2, p. 220.

30 Ver FERREIRA, Mário Clemente. *Uma ideia de Brasil num mapa inédito de 1746*. Oceanos. Lisboa: C.N.C.D.P., 2000, nº 43, pp. 184-195.

Lisboa em finais de 1746, sendo de autor desconhecido. Contudo, pelo modo de representação e pelas convenções quanto aos grafismos, cores e figurações utilizadas, apesar do traçado tosco de vastas regiões, parece tratar-se de um trabalho de um engenheiro militar, provavelmente oriundo da Academia Militar do Rio de Janeiro. A sua elaboração e envio para a corte insere-se, portanto, no vasto plano de Gusmão em obter informações sobre o espaço brasileiro, sobretudo das regiões mais ocidentais, vizinhas da América espanhola e, conseqüentemente, áreas de fronteira entre as possessões ibéricas. Pelo menos desde 1733 que ele manifestava esse interesse que, aliás, se foi intensificando com o decorrer dos anos.³¹ O fato de nele estar traçada uma proposta de limites com a América espanhola, que reflete a concepção de Gomes Freire de Andrade acerca do Brasil, parece também ser a satisfação a pedidos de Gusmão.

Aliás, os jesuítas procuraram fazer crer, no contexto da sua expulsão dos domínios castelhanos, que as viagens de colonos do Brasil às missões de Castela faziam parte de um amplo plano do Estado português, coordenado em Lisboa por Alexandre de Gusmão e no Rio de Janeiro por Gomes Freire de Andrade, para a obtenção de informações sobre aquelas regiões. O padre Juan de Escandón, Procurador da Província do Paraguai em Madrid, defendeu que desde a década de 1740 até a de 1750 os portugueses registraram toda aquela região de fronteira com o objetivo de se prepararem para as negociações com a Espanha e que com os dados obtidos “hicieron de todo el Mapa que despues en el ajuste firmaron los Reyes; y hecho ya el Mapa como despues se observò cesaron totalmente aquellas antecedentes correrias de Portugueses andantes”.³² Apesar do exagero destas palavras, compreensível pela conjuntura que os membros da Companhia de Jesus enfrentavam, e da ausência de provas documentais que mostrem a existência daquele plano, verificou-se efetivamente um aproveitamento das informações obtidas com as viagens de iniciativa dos sertanistas de Mato Grosso, sendo elas também empregues na elaboração do *Mapa das Cortes*.

A grande preocupação presente no mapa de 1746 é a representação dos territórios interiores do Brasil, vizinhos dos domínios espanhóis. Por outro lado, ele ilustra também a então recente articulação do território ocupado por Portugal, sobretudo do litoral com as regiões mineiras, nomeadamente o percurso das monções de São Paulo para Cuiabá e o caminho terrestre para o extremo-oeste por Goiás. Mas também reflete os contactos estabe-

31 Ver CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, vol. III, p. 654; carta de Alexandre de Gusmão para Tomás Robi de Barros Barreto, Lisboa, 6-6-1743, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1950, parte II, tomo I, doc. LXXXIII, p. 375.

32 «Papel del Señor Regente de Buenos Aires sobre asunto de Línea divisoria de los Reynos de España y Portugal», Real Academia de la Historia, Madrid, *Colección Mata Linares*, tomo VIII, f. 49.

lecionados pelos portugueses, nas décadas de 1730 e 1740, com as missões espanholas de Moxos e Chiquitos. E ainda iniciativas de exploração territorial, como a de Amaro Leite Moreira no interior de Goiás. O cartógrafo sabia das últimas iniciativas tomadas para a exploração dos sertões. Portanto, Alexandre de Gusmão também ficou a conhecê-las.



Figura 3. *Descrição do Continente da America Meridional...*
(Biblioteca de de Guita e José Mindlin)

Sobre este mapa, Azevedo Coutinho considerou que “do caminho de Sam Paulo até o Cuiabá pelos Rios, o melhor mapa que temos he o que mandou fazer Gomes Freire de Andrade”.³³ Para o *Mapa das Cortes*, segundo o Secretário de Estado, ele foi empregue para a representação do território “desde o Rio Parana até o Cuiabá”.³⁴ Efetivamente é o que se observa da confrontação dos dois mapas, pois a forma como a rede hidrográfica foi identificada e, sobretudo, a representação iconográfica da Chapada de São Francisco Xavier de Mato Grosso não deixam qualquer dúvida. No entanto, o enorme erro na latitude atribuída a esta chapada na carta de 1746 foi corrigido no mapa de 1749. Aliás, Azevedo Coutinho tinha escrito a Silva Teles que “No mesmo mapa se acha marcado o Sitio de Matto grosso [...] e o Cuiabá; porem a situação de Matto grosso deve ser mais ao sul conforme outras confrontações”.³⁵

Deste mapa, foi enviada uma cópia ao negociador português em Madrid, Tomás da Silva Teles. No entanto, Azevedo Coutinho alertou-o “que quanto ao Mapa mandado por Gomes Freire de Andrade não convem comunicalo da sorte que está, porque nele apontou aquele Governador a Raia que lhe parecia conveniente estabelecerse, sendo a sua idea, por falta de inteira noticia das nossas rezões, muito inferior ao que justamente devemos pretender. Pelo que se for necessario a V. E. valerse daquele Mapa pelo que respeita ao caminho de S. Paulo para o Cuiabá, e até o Mato grosso (que he somente o que elle contem de mais particular) poderá V. E. ou fazer copiar só aquela parte ou todo o Mapa, suprimindo o que aponta a respeito da futura raia”.³⁶ Azevedo Coutinho estava a referir-se à proposta de limites traçada no mapa de 1746 e que, segundo os responsáveis de Lisboa, ficaria aquém das pretensões portuguesas. Tratava-se, sobretudo, da região dos Sete Povos das Missões do Uruguai que segundo a proposta enviada do Rio de Janeiro se manteria sob domínio castelhano, enquanto Lisboa pretendia obtê-la pela troca com a Colônia do Sacramento. Quanto à utilização deste mapa pelo Visconde-Embaixador em Madrid, parece ter sido efetivamente executada pelo menos uma cópia, pois na Casa da Ínsua existe um mapa incompleto e que é claramente uma reprodução do de 1746. Nele foi retirada a proposta de limites mas manteve-se a representação do caminho de São Paulo para Cuiabá, tal como havia sugerido o Secretário de Estado.³⁷

33 Carta de M. A. de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 14-12-1748, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LX, p. 251.

34 Carta de M. A. de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 8-2-1749, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LXV, p. 262.

35 Carta de M. A. de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 14-12-1748, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LX, p. 251.

36 Carta de M. A. de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 28-12-1748, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LXI, p. 253.

37 Casa da Ínsua, Penalva do Castelo, nº A 13. Este mapa encontra-se reproduzido em GARCIA, João Carlos (coord.). *A Mais Dilatada Vista do Mundo. Inventário da Colecção Cartográfica da Casa da Ínsua*. Lisboa: C.N.C.D.P., 2002, p. 326, com o nº 102.

Como os erros no mapa enviado por Gomes Freire de Andrade eram grandes, nomeadamente no que respeita ao rio Guaporé (ali também denominado por Mamoré) que surgia como afluente direto do rio Amazonas, no *Mapa das Cortes* “o rio Guaporé, e Missões dos Moxos são deliniados conforme as relações, e riscos de alguns mineiros do Mato grosso, que forão a elas por duas vezes, e conforme algumas noticias que la recolheirão”.³⁸ Azevedo Coutinho estava a referir-se às informações decorrentes das expedições capitaneadas por Manuel Félix de Lima, da qual apenas regressaram a Mato Grosso alguns dos seus membros, e Francisco Leme do Prado, realizadas em 1742 e 1743. À chegada de ambas, os sertanistas prestaram declarações ao Ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, que as enviou para Lisboa em Setembro de 1743.³⁹ Eram estas as “relações” referidas por Azevedo Coutinho. Mas entre elas também se encontrariam as informações prestadas por Félix de Lima e um seu companheiro em Lisboa, para onde foram enviados pelo Governador do Pará após a sua chegada a Belém em inícios de 1743. Os relatos enviados de Mato Grosso foram também utilizados, no Rio de Janeiro, para a elaboração do mapa de 1746.

As informações de Leme do Prado que chefiou a segunda expedição, mas que também participou na primeira, deram origem a um dos “riscos” referidos pelo Secretário de Estado e que se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, representando parte do curso dos rios Guaporé e Mamoré.⁴⁰ Assinado por João Gonçalves Pereira, trata-se, na verdade, de um mapa sem qualquer rigor científico, mas que sintetiza as informações obtidas sobretudo após a segunda viagem de Leme do Prado. Nele encontra-se a seguinte informação sobre a localização da missão castelhana de Santa Rosa, na margem direita do Guaporé: “Fundarão os Padres esta Missão em Janeiro de 1743, porque paçando Leme do Prado em fins de Novembro por esta passagem não havia signal della, e paçando segunda vez em Março de 1743 a achou fundada com cazas e mais Fabricas”. O abandono desta missão pelos espanhóis foi uma das exigências portuguesas durante as negociações do Tratado de 1750 aceites por Madrid. Comparando a toponímia deste mapa assinado por Gonçalves Pereira e a sua correspondente

38 Carta de M. A. de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 8-2-1749, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LXV, p. 262.

39 As informações recolhidas pelo Ouvidor encontram-se no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, e foram publicadas por CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1951, parte III, tomo II, docs. VII a IX, pp. 52-80. Sobre estas viagens, ver MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 (4ª ed.), pp. 188-193; DAVIDSON, David Michael. *How the Brazilian West was won: Freelance and State on the Mato Grosso Frontier, 1732-1752*. ALDEN, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 1973, pp. 91-93 e SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862, tomo V, pp. 398-426 e 439-444.

40 [Parte do curso dos rios Guaporé e Mamoré], Arquivo Histórico Ultramarino, *Cartografia Manuscrita*, Mato Grosso, nº 850.

no *Mapa das Cortes*, verifica-se que elas são idênticas, faltando no último o topônimo da missão de Exaltação da Santa Cruz, apesar de contar com a indicação de uma missão no local que lhe corresponde.

Azevedo Coutinho comunicou a Tomás da Silva Teles que “a situação das nossas Missões do Rio da Madeira e do Rio dos Tapajós, e suas adjacências he tirada de mapas, e relações vindas do Pará”. Esses mapas e relações foram solicitados por Alexandre de Gusmão ao Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Francisco Pedro de Mendonça Gorjão escreveu ao Cardeal da Mota que

como o mesmo Conselheiro [Gusmão] me pediu com instância notícias exactas do rio da Madeira e das Minas do Mato Grosso, situadas em meio dumas vertentes que desaguam no mesmo rio, da parte do nosso Brasil, fiz as diligências possíveis por conseguir sobre esta matéria as notícias mais próximas da verdade, e ordenei ao secretário deste Governo, José Gonçalves [da Fonseca], as reduzisse a um mapa, que o executou na forma que faço presente a Vossa Eminência, semelhante ao que remeto ao mesmo Alexandre de Gusmão.⁴¹

O Governador referia-se ao mapa do rio Madeira desenhado por José Gonçalves da Fonseca em 1747, certamente com base na narração e mapa do sargento-mor Francisco de Melo Palheta que, em 1722 e 1723, explorou os rios Madeira e Mamoré, nas informações prestadas em Belém do Pará por Manuel Félix de Lima que, em 1742 e 1743, desceu os rios Guaporé e Madeira e num mapa elaborado por João de Sousa Azevedo que em 1746 e 1747, pelos rios Arinos e Tapajós, desceu de Mato Grosso até ao Pará.⁴² Para além deste mapa desenhado por Gonçalves da Fonseca, as relações das viagens por si utilizadas foram também certamente enviadas para Lisboa e, por isso, também estariam disponíveis a quem traçou o *Mapa das Cortes* de 1749.

Quanto ao rio Amazonas, o seu curso foi copiado do mapa de Charles Marie de La Condamine, elaborado a partir dos levantamentos que efectuou durante a descida do grande rio, em 1743 e 1744, intitulado *Carte du Cours du Maragnon ou de la Grande Riviere des Amazones* e publicado pela primeira vez em 1745.⁴³ Confrontando-o com o mapa de 1749, tendo como referência a linha do Equador e as coordenadas geográficas de Belém do Pará, destaca-se a grande semelhança entre ambas. A única exceção refere-

41 Ofício de Francisco Pedro de Mendonça Gorjão ao Cardeal da Mota, Belém, 3-11-1747, Arquivo Histórico do Itamaraty, *Arquivo Barão Duarte da Ponte Ribeiro*, lata 288, maço 8.

42 A utilização por Gonçalves da Fonseca dos resultados das viagens de Melo Palheta e Félix de Lima depreende-se da explicação do próprio mapa. Ver [*Mapa do rio Madeira desde as nascentes dos rios Beni e Mamoré até a foz, no rio Amazonas*], Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro, nº 771.3º – 1722/1747. Sobre o emprego de um mapa «feito rusticamente por João de Souza de Azevedo» ver carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para António Rolim de Moura, Pará, 28-5-1754, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1963, parte V, doc. XCI, p. 214.

43 Foi publicado na obra de CONDAMINE, Charles Marie de La. *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amerique Méridionale*. Paris: Chez la Veuve Pissot, 1745.

se ao traçado do rio Negro que no mapa das negociações foi alterado para oriente, desvio que chega a atingir cerca de 2° e 30'. Porém, esta alteração deveu-se a uma informação recolhida por Alexandre de Gusmão junto do carmelita Frei André da Piedade, visitador das missões portuguesas dos rios Negro e Amazonas, que durante a sua presença em Lisboa, em 1746 e 1747, se encontrara por diversas vezes com aquele conselheiro.⁴⁴ Provavelmente, Frei André da Piedade também terá prestado informações para a representação do território situado entre os rios Amazonas e Orinoco, pois Azevedo Coutinho informou Silva Teles que "o paiz que medeia entre hum, e outro destes rios he deliniado conforme algumas noções imperfeitas dadas por missionarios Carmelitas do Rio Negro".

Finalmente, uma das situações em que a fonte utilizada foi mais respeitada pelo autor do *Mapa das Cortes* refere-se à utilização da carta de 1741 do Padre José Gumilla, *Mapa de la Provincia y Misiones de la Compañia de IHS del Nuevo Reyno de Granada*.⁴⁵ Na representação do baixo Orinoco e do seu delta, não se verificaram alterações significativas dessa matriz no mapa português de 1749.

Podemos então concluir que o *Mapa das Cortes* é verdadeiramente uma construção cartográfica com claras finalidades diplomáticas. Ele engendra o espaço, não se limitando a representá-lo apenas virtualmente.⁴⁶ Esta construção fez-se com a viciação ou ocultação de conhecimentos já então disponíveis. Se muitos erros presentes no mapa são justificados pela cartografia mais corrente da época, como a distensão da costa nordeste, o desvio para leste do alto Paraguai e o encurtamento do Amazonas, a verdade é que Alexandre de Gusmão conhecia com bastante aproximação o traçado do meridiano de Tordesilhas e a latitude e longitude de Vila Boa de Goiás, calculadas apenas com um erro aproximado de 1° pela missão dos padres matemáticos, o que lhe permitiria concluir que o Paraguai nos mapas jesuítas estava demasiadamente desviado para leste. Conhecia ainda, desde a sua elaboração, a *Carte de l'Amérique méridionale*, de D'Anville que, embora apresente a data de 1748, apenas foi publicada em 1750, já após a assinatura do Tratado de Madrid, e que traçava e localizava os rios Tocantins-Araguaia, Xingu e Madeira de forma muito mais perfeita. O desvio para leste do sul do Brasil em mais de 3° de longitude ilustra claramente a intencionalidade de Alexandre de Gusmão em colocar esta região tão desejada pelos portugueses próxima ao meridiano de Tordesilhas. Igualmente

44 Carta de Alexandre de Gusmão para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 24-2-1749, apud *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1938, vol. LII, p. 41.

45 Este mapa foi publicado pela primeira vez em 1741, como ilustração do livro de GUMILLA, Padre José. *El Orinoco Ilustrado, historia natural, civil, y geographica, de este gran rio, e de sus caudalosas vertientes*. Madrid: Imprenta y Libreria de Manuel Fernández, 1741.

46 Ver CONDURU, Robert. *Geometria Bélica: cartografia e fortificação no Rio de Janeiro setecentista*. CARITA, Hélder, e ARAÚJO, Renata (coord.). Universo Urbanístico Português, 1415-1822. Colectânea de Estudos. Lisboa: C.N.C.D.P., 1998, p. 137.

significativo é o fato do *Mapa das Cortes* estar graduado em latitudes e longitudes, mas só as primeiras se encontrarem numeradas.

Valendo-se de algumas viciações efetuadas, de uma boa articulação dos erros da cartografia que então circulava e da ocultação dos progressos portugueses no conhecimento geográfico do Brasil, ignorados por Carvajal e Lancaster, Gusmão conseguiu fazer crer em Madrid que os avanços de Portugal na América do Sul eram menores do que se poderia supor. Só assim se compreende a reação do negociador espanhol à apresentação do *Mapa das Cortes* por Silva Teles. Este escreveu que Carvajal sentiu “a grande admiração, que experimenta hum cego quando ve a luz clara de que se achava privado desde o seu nascimento”.⁴⁷ Terá, inclusivamente, solicitado ao negociador português ficar na posse do mapa para analisar com maior profundidade os limites propostos, sobretudo na região de Mato Grosso e dos rios Guaporé e Madeira, traçados ali de forma bastante errônea mas que viria a ser aceite por Espanha, o que somente foi possível pelo seu desconhecimento da geografia da região, nomeadamente da carta de D’Anville datada de 1748. Aliás, no ano da edição desta, em Maio de 1750, o Visconde-Embaixador comunicava ao Secretário de Estado Marco Antônio de Azevedo Coutinho que esta carta ainda não existia na corte de Madrid e acrescentava, com algum exagero, que quando isso se verificasse “nam ha no Ministerio, nem fora dele, quem tenha a curiozidade de observalo, nem que tenha a paciencia de confrontalo, e muito menos quem saiba o de que nos estamos de pose na America, e o que os Espanhoes possuem, nem o que lhes toca verdadeiramente [...]”.⁴⁸ Esta informação servia para tranqüilizar o Secretário de Estado acerca dos problemas que a carta de D’Anville pudesse provocar. Essas inquietações haviam sido manifestadas por Azevedo Coutinho pouco tempo antes, numa carta para o negociador português em que afirmava que “pode suceder que se ahi marcarem no mesmo mapa a fronteira que rezulta do nosso Tratado, faça entre esses Ministros alguma impressão prejudicial a confrontação do que fica a huma, e outra Monarquia”.⁴⁹ Instruía ainda o Embaixador que, perante as eventuais dúvidas dos espanhóis, argumentasse que, embora a costa e os rios da Prata e Amazonas estivessem corretamente traçados e localizados, aquela carta apresentava profundas incorreções no interior do território, adiantando como exemplos a localização errada de Mato Grosso e dos rios da região das missões castelhanas de Moxos.

47 Carta de Tomás da Silva Teles para M. A. de Azevedo Coutinho, Madrid, 2-4-1749, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LXXII, p. 281.

48 Carta de Tomás da Silva Teles para M. A. de Azevedo Coutinho, 9-5-1750, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo II, doc. XCI, p. 249.

49 Ver carta de M. A. de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 18-4-1750, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo II, doc. XC, pp. 247-248.

Contudo, após o exame do *Mapa das Cortes* a postura de Carvajal e Lancaster perante a proposta portuguesa alterou-se repentinamente. Depois de um aparente impasse no avanço da negociação, questionado pela rainha espanhola Maria Bárbara de Bragança, filha de D. João V, sobre o que esperar das conferências com o ministro português assegurou-lhe “que as disposições eram as melhores para esperar bom sucesso da nosa negociação”.⁵⁰



Figura 4. [América del Sur], 1759, Archivo General de Simancas, M. P. y D., IV – 36.

50 Carta de Tomás da Silva Teles para M. A. de Azevedo Coutinho, Madrid, 2-4-1749, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LXXII, p. 285. A este propósito, é importante também recordar o relevante papel desta rainha em todo o processo negocial que conduziu à assinatura do tratado. Acompanhou pessoalmente as negociações e foi através dela que a coroa espanhola havia manifestado disponibilidade para negociar a questão da Colônia do Sacramento (Sobre o papel de Maria Bárbara de Bragança, ver CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1956, parte I, tomo II, p. 266; MOLINA CORTÓN, Juan. *Reformismo y Neutralidad. José de Carvajal y la diplomacia de la España Ilustrada*. Badajoz: Editora Regional de Extremadura, 2003, pp. 124-126).

Por outro lado, a comparação que Carvajal efetuou entre o *Mapa das Cortes* e o do Padre José Quiroga, entretanto publicado já no ano de 1749, levou o negociador espanhol a ceder na sua última resistência e aceitar a entrega do território dos Sete Povos das Missões por troca com a Colônia do Sacramento. É que com os erros presentes no mapa jesuíta, aquele território surgia nele muito menor que no mapa português.

Confirma-se, desta forma, uma superioridade portuguesa na preparação das negociações e no conhecimento cartográfico das regiões em disputa. Carvajal e Lancaster, como ele próprio se havia lamentado, não possuía suficientes mapas e informações geográficas dessas regiões. Segundo Silva Teles, o negociador espanhol nem dispunha de uma obra jesuíta com grande circulação na Europa desde o início do século XVIII como as *Lettres Edifiantes et Curieuses, Ecrites des Missions Etrangères, par quelques Missionnaires de la Compagnie de Jesus*, onde se encontravam reproduzidas algumas cartas dos territórios em causa. Mas o negociador português duvidava, inclusivamente, que Carvajal e Lancaster possuíssem a relação de La Condamine publicada em 1745, em que este geógrafo, para além de descrever a viagem que efetuara pelo Amazonas, publicou a sua célebre carta do curso deste rio.⁵¹

Uma outra evidente manifestação do avanço português no conhecimento cartográfico foi a ausência de mapas elaborados em Espanha, anteriores à assinatura do tratado, onde se discutissem os limites territoriais propostos pelos portugueses, contrariando as pretensões de Lisboa. Apenas conhecemos dois mapas elaborados com essa finalidade, contudo traçados após Janeiro de 1750 e, provavelmente, não em Espanha, mas na América do Sul. Um deles, com o título *Mapa de los dominios de España, y Portugal en la America Meridional*, de data desconhecida, representa muito toscamente o território sul-americano. Aparecem desenhadas as ilhas de Cabo Verde e está traçado, a partir delas, o meridiano de Tordesilhas. Apresenta também a linha de limites acordada em Madrid. Parecendo tratar-se de origem jesuíta, ordem religiosa ferida pelo fato de ter cedido o território dos Sete Povos das Missões a Portugal, este é claramente um mapa com finalidades políticas, ou seja, alertar para os prejuízos territoriais permitidos pela corte espanhola na América do Sul.⁵² De 1759 existe um outro mapa, sem título, em que também a América do Sul aparece traçada de forma incorreta em muitas das suas regiões. Assinala a linha do Tratado de Tordesilhas, surgindo as terras que segundo este acordo pertenceriam aos portugueses pintadas a vermelho. Traça ainda a linha divisória do Tratado

51 Carta de Tomás da Silva Teles para M. A. de Azevedo Coutinho, Madrid, 2-4-1749, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. LXXII, p. 285.

52 *Mapa de los dominios de España, y Portugal en la America Meridional*, post. a 1750, Servicio Geográfico del Ejército, Madrid.

de Madrid, mostrando a amarelo as terras que os portugueses obteriam com esse convênio e que se estendiam muito para além do meridiano de 1494.⁵³ Este mapa acompanhou uma carta de Pedro de Cevallos para o ministro Ricardo Wall, escrita na missão de S. Borja a 20 de Fevereiro de 1759.⁵⁴ Nela, Cevallos alerta para a “má fé” com que os portugueses, nomeadamente Gomes Freire de Andrade, atuavam na questão da entrega da Colônia do Sacramento prevista no acordo de 1750 e destaca também a perda de territórios a favor de Portugal. Tal como o mapa anterior, também este tinha como objetivo destacar a vantagem territorial conseguida pelos portugueses na América do Sul com o tratado de Madrid. Importa apenas salientar que, ao contrário do *Mapa das Cortes*, estes dois têm traçada a linha de Tordesilhas. A justificação parece evidente.

Por tudo isto, o *Mapa das Cortes*, habilmente construído em Lisboa sob a supervisão de Alexandre de Gusmão, funcionou como um instrumento essencial para a aceitação pela Espanha, na sua quase totalidade, da proposta enviada de Lisboa e para a conseqüente conclusão das negociações do Tratado de Madrid assinado a 14 de Janeiro de 1750. Isso mesmo resumiu Silva Teles ao escrever que “o mapa novamente formado, obra felizmente bem lograda para o intento ajudou infinitamente para a ultima concluzam [...]”.⁵⁵

53 *[América del Sur]*, 1759, Archivo General de Simancas, M. P y D., IV – 36.

54 Carta de Pedro de Cevallos para o ministro Ricardo Wall, São Borja, 20-2-1759, apud *Campaña del Brasil. Antecedentes Coloniales*. Buenos Aires: Archivo General de la Nacion, 1939, tomo II, pp. 257-260.

55 Carta de Tomás da Silva Teles para M. A. de Azevedo Coutinho, Escorial, 3-11-1749, apud CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte IV, tomo I, doc. CXVII, p. 413.